



14ª Edição - 2024

## **1. Protagonismo, Centralidade e Autonomia dos Povos Quilombolas: a experiência da Cartografia Social em ações extensionistas no Quilombo de Ribeirão em Brumadinho, Minas Gerais**

*Protagonism, Centrality and Autonomy of Quilombola Peoples: the experience of Social Cartography in extension actions in Quilombo de Ribeirão in Brumadinho, Minas Gerais*

*Protagonismo, Centralidad y Autonomía de los Pueblos Quilombolas: la experiencia de la Cartografía Social en acciones de extensión en el Quilombo de Ribeirão en Brumadinho, Minas Gerais*

**Amanda Ribeiro Carolino<sup>1</sup>**

**Armindo dos Santos de Sousa Teodósio<sup>2</sup>**

---

<sup>1</sup>Geógrafa (PUC Minas) e Mestra em administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PPGA/PUC Minas.

E-mail: [amandarc.dsg@gmail.com](mailto:amandarc.dsg@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9269896971140579>.

<sup>2</sup>Professor Adjunto IV do Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PPGA – PUC Minas. Líder do Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social (NUPEGS)/PPGA PUC Minas.

E-mail: [armindo.teodosio@gmail.com](mailto:armindo.teodosio@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2167878748442691>.



## Resumo

O artigo discute a construção de mapeamentos participativos através da atuação de um núcleo de pesquisa de uma instituição de ensino superior, com especial destaque para a Cartografia Social, na comunidade quilombola de Ribeirão, no município de Brumadinho, Minas Gerais. Em 2019, aconteceu um dos mais importantes crimes ambientais corporativos com a ruptura de uma barragem de resíduos de mineração em Brumadinho. Diferentes impactos e implicações sobre a realidade das comunidades deste município fazem desse contexto de pesquisa e extensão universitária um campo central para a compreensão das lutas dos povos tradicionais pela conquista de direitos, sobretudo o de existir e resistir nessa realidade territorial. Como base teórica, o artigo problematiza a Cartografia Social, a Territorialidade e as lutas das populações quilombolas pelo direito à gestão de seus territórios. Em termos metodológicos, a intervenção se insere no campo da pesquisa-ação, com orientação para o fortalecimento do protagonismo, autonomia e centralidade dos atores do quilombo de Ribeirão. Os resultados denotam a importância de metodologias não-extrativistas de produção de conhecimento como estratégia para a relação entre atores do campo universitário e dos povos tradicionais.

**Palavras-chave:** Cartografia Social; Conflitos Ambientais; Extensão Universitária; Quilombos; Brumadinho.

## Abstract

The article discusses the construction of participatory mappings through the work of a research center at a higher education institution, with special emphasis on Social Cartography, in the quilombola community of Ribeirão, in the municipality of Brumadinho, Minas Gerais. In 2019, one of the most significant corporate environmental crimes occurred with the rupture of a mining waste dam in Brumadinho. Different impacts and implications on the reality of the communities in this municipality make this context of research and university extension a central field for understanding the struggles of traditional peoples to gain rights, especially to exist and resist in this territorial reality. As a theoretical basis, the article problematizes Social Cartography, Territoriality and the struggles of Quilombola communities for the right to manage their territories. In methodological terms, the intervention falls within the field of action research, with guidance on strengthening the protagonism, autonomy and centrality of the actors of the Ribeirão Quilombo. The results denote the importance of non-extractive knowledge production methodologies as a strategy for the relationship between actors in the university field and traditional peoples.

**Key words:** Social Cartography; Environmental Conflicts; University Extension; Quilombos; Brumadinho.

## Resumen

El artículo analiza la construcción de mapeos participativos a través del trabajo de un centro de investigación de una institución de educación superior, con especial énfasis en Cartografía Social, en la comunidad quilombola de Ribeirão, en el municipio de Brumadinho, Minas Gerais. En 2019, uno de los delitos ambientales corporativos más importantes ocurrió con la ruptura de una presa de residuos mineros en Brumadinho. Diferentes impactos e implicaciones en la realidad de las comunidades de este municipio hacen de este contexto de investigación y extensión universitaria un campo central para comprender las luchas de los pueblos tradicionales por conquistar derechos, especialmente para existir y resistir en esta realidad territorial. Como base teórica, el artículo problematiza la Cartografía Social, la Territorialidad y las luchas de las poblaciones quilombolas por el derecho a gestionar sus territorios. En términos metodológicos, la intervención se inscribe en el campo de la investigación-acción, con orientación para fortalecer el protagonismo, la autonomía y la centralidad de los actores del quilombo de Ribeirão. Los resultados denotan la importancia de las metodologías de producción de conocimiento no extractivas como estrategia para la relación entre los actores del ámbito universitario y los pueblos tradicionales.

**Palabras clave:** Cartografía Social; Conflictos Ambientales; Extensión Universitaria; Quilombos; Brumadinho.



## INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, o termo “cartografia” esteve atrelado à produção de mapas por parte de geógrafos, biólogos, engenheiros e demais técnicos responsáveis pela prática de delimitar e representar territórios. Grande parte destes mapeamentos trazem consigo elementos básicos referentes às características físicas de um determinado espaço, o que consequentemente não possibilita a visualização dos contextos sociais e históricos que compõem a dinâmica estrutural desses territórios, criando uma imagem superficial e estereotipada dessas localidades. Segundo Perán (2013), a cartografia é uma ciência da representação de um território, especialmente destinada à sua gestão política, social, cultural e afetiva.

Levando em consideração a dimensão simbólica, cultural e afetiva dos territórios, têm-se a cartografia social, que surge no campo das ciências humanas e sociais como um novo modo de desenvolver mapeamentos e pesquisas junto às comunidades tradicionais, populações em situação de vulnerabilidade, e demais cidadãos que se encontram à margem da sociedade. Almeida (2011) estabelece que, a cartografia social é um instrumento que possibilita a emancipação das

comunidades em seus respectivos espaços no processo de representação do seu espaço vivido (Tuan, 1989), no compartilhamento de saberes, histórias, na reivindicação de demandas, e como mecanismo de gestão do território. A cartografia social estabelece uma ruptura com o monopólio de classificações identitárias e territoriais desenvolvidas durante anos pelo sistema colonial, que não concebia como elementos de um território as histórias, saberes, resistências e modos de vida existentes nestes espaços.

O presente estudo tem como foco apresentar a trajetória de uma pesquisa de cunho extensionista do Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social (NUPEGS) do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), que vem sendo desenvolvida junto a uma comunidade quilombola localizada no município de Brumadinho, Minas Gerais. A motivação desse estudo se deu após a tragédia-crime de 2019, quando houve o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão em Brumadinho. Desde então, a população da cidade vem enfrentando um constante processo de violação de direitos por parte de atores externos que chegaram ao local depois do acontecimento.



A violação de direitos dos atingidos ocorre a partir do momento que estes atores externos (assessorias técnicas; grupos de pesquisas; movimentos sociais e outros) assumem o papel de protagonistas frente a resolução de demandas e diálogo com as instâncias de justiça responsáveis pela reparação dos danos da tragédia, vale ressaltar que não são todos atores externos, mas, uma boa parte das instituições não têm atendido as expectativas dos moradores das comunidades. Com as comunidades quilombolas não têm sido diferente, uma vez que diferentes agentes externos que vão ao território coletam dados e não retornam com devolutivas para a comunidade, quando a fazem apenas entregam os resultados com linguagem técnica e acadêmica dificultando a interpretação e compreensão desses sujeitos.

No município de Brumadinho existem quatro comunidades quilombolas certificadas desde o ano de 2010 pela Fundação Cultural Palmares, sendo elas a comunidade do Sapé, Rodrigues, Marinhos e Ribeirão. Ambas são estruturadas a partir da união entre os pares, com base em sua identidade étnica, luta, preservação de seus valores, resistências e territorialidade, entretanto encontram-se ainda na invisibilidade, silenciadas por pressões econômicas,

fundiárias, processos discriminatórios e de exclusão social (Arruti, 2011).

O recorte deste estudo foi o quilombo de Ribeirão, e a primeira visita efetuada à comunidade se deu no mês de junho de 2021, a partir de então têm sido efetivadas viagens frequentes ao território. Dentre as inúmeras demandas existentes na realidade da comunidade, emergiu durante diálogos estabelecidos com o grupo quilombola a existência de diversos conflitos socioambientais relacionados ao uso e ocupação do território quilombola e violação de direitos dos povos tradicionais, no pós tragédia-crime com o rompimento da barragem da Minas Córrego do Feijão em 2019, como já mencionado anteriormente.

Desse modo, foi apresentado à comunidade a proposta da cartografia social, e desde então os quilombolas de Ribeirão vêm produzindo mapas participativos que retratam a realidade do grupo, não apenas na perspectiva física, mas também subjetiva. Além desses aspectos, através da cartografia social foi possível acessar as demandas da comunidade, a forma como os atores locais se organizam no território e também os impactos da chegada de diversos agentes externos ao território quilombola. Ao final, foi possível compreender como os quilombolas fazem a gestão do seu território, bem



como o manejo dos recursos naturais ali existentes.

Nos tópicos desse estudo foram discutidas abordagens teóricas relacionados ao território enquanto mecanismo de manutenção destes grupos em sociedade, bem como o conceito de “Quilombo” e o formato organizativo destes grupos e suas peculiaridades. Foi desenvolvido também um referencial pautado na teoria e aplicação da cartografia social como ferramenta metodológica inclusiva, que visa fomentar a participação e engajamento das comunidades e diferentes grupos sociais nos processos que envolvem a delimitação de seus territórios e resolução de conflitos e demandas locais. Por fim, serão apresentados os resultados dessa pesquisa que está em andamento junto ao quilombo de Ribeirão, Brumadinho - Minas Gerais.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### ***Comunidades Quilombolas***

As comunidades quilombolas surgiram na história brasileira como um núcleo organizado a partir de uma resistência coletiva anticolonial. As primeiras comunidades quilombolas no Brasil aparecem por volta de 1559 quando houve os primeiros registros de escravos que fugiam para locais de difícil acesso, nos quais formavam

pequenas comunidades de trabalhadores escravizados, de forma independente ou associada à resistência contra a dominação colonial. Estes primeiros agrupamentos, formados predominantemente por africanos, receberam inicialmente o nome de “mocambo, quilombo, palmar, coito” (Maestri; 1997, p. 107).

Arruti (2008) destaca que o conceito de quilombo passou por diversas semânticas ao longo da história. Os significados mais enraizados na literatura dizem respeito aos descendentes de escravos africanos que viveram durante anos no Brasil colônia exercendo suas atividades nas fazendas coloniais. Ao longo do período colonial, esses trabalhadores negros designados como “escravos” serviram por décadas as famílias coloniais, exercendo suas atividades nas lavouras, e as mulheres trabalhando dentro dos casarões nas atividades destinadas aos afazeres domésticos (Moura; 2020).

Os primeiros indícios de formação de quilombos se deram através da revolta dos escravos em relação ao sistema colonial escravista, uma vez que, estes sujeitos eram submetidos a condições desumanas de trabalho e se viam diante de um quadro social não reversível em decorrência do sistema político (colonial) da época, que não favorecia em nada as condições de vida desses



homens e mulheres na sociedade brasileira. Portanto, esses grupos se propuseram a rebelar contra o sistema opressor. Essas revoltas/rebeliões se deram em decorrência dos maus tratos aos quais esses homens e mulheres negros(as) eram submetidos (Moura, 2020). Grande parte dessas atribuições desenvolvidas pelos negros extrapolavam as condições ideais de trabalho servil, onde os mesmos eram explorados por seus senhores de engenho e tinham suas subjetividades violadas pela exploração.

Historicamente, o termo “Quilombo” esteve atrelado à formação de núcleos organizativos constituídos por escravos fugidos das grandes fazendas coloniais, que se dirigiam em direção às matas para formar seus esconderijos. Desse modo, os “quilombos eram considerados como toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Moura, 2020, p. 16).

A estrutura colonial não permitia possibilidades que dinamizasse positivamente a vida do escravo, logo este se viu na necessidade de se organizar em movimentos ou grupos de negação ao sistema daquele período histórico (Moura, 2020). Os quilombos representavam, portanto, um grupo de negros escravizados que se organizavam

em espaços afastados para manter seus modos de vida, e assegurar sua existência frente a violências exercidas pelos senhores de engenho. Leite (1999) ao caracterizar as comunidades quilombolas, chama atenção para as variações existentes no termo “quilombo”, considerando-o enquanto um termo singular, uma vez que dentro dos núcleos organizativos existem diferentes etnias, manifestações populares, relações sociais e até mesmo conflitos. Logo, entendemos que não existe um padrão para definir tais estruturas, pois, cada quilombo possui suas especificidades.

Atualmente, ao adentrar no contexto das comunidades quilombolas contemporâneas ou chamadas comunidades remanescentes de quilombo, é possível identificar a existência destes grupos com base em suas vivências e práticas culturais estabelecidas e perpetuadas em um determinado território, cercado por famílias afrodescendentes que reproduzem e procuram manter a ancestralidade de seus antepassados que um dia estiveram presentes nesse mesmo território. Leite (2008; 2014) enfatiza que o quilombo não se restringe apenas a um fator histórico, há conjunturas e acontecimentos ligados ao passado vitorioso dos povos africanos que foram escravizados, mas é um



conceito que a cada dia ganha novos contornos e significados com base na dinâmica social de cada grupo, podendo estes ser considerados como núcleos de resistência, uma vez que se reafirmam ainda hoje dentro de um sistema que os segrega e marginaliza no tecido social. Um dos representantes dessa população quilombola é o movimento negro, caracterizado como um movimento de resistência e luta mediante a reivindicação de demandas emergentes dos quilombos, dado que, historicamente, estes grupos sempre estiveram situados em locais com baixa infraestrutura de equipamentos básicos de saúde, educação e transporte. Logo, os mesmos se veem como uma camada vulnerável e invisível na sociedade. A Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) é uma organização sem fins lucrativos, que atua na articulação das demandas e movimentos sociais negros compostos pelas comunidades quilombolas de todo o Brasil. Foi a partir da constituição da CONAQ que o movimento quilombola ganhou visibilidade no cenário nacional. Contudo, esse órgão hoje é um dos maiores agentes ativos do movimento negro no Brasil contemporâneo e proporciona um debate que visa fortalecer a perspectiva de que o país mantém em suas estruturas, profundas pluralidades étnicas.

### ***Território e Territorialidade***

Pode-se constatar que o território é uma categoria de análise geográfica que tradicionalmente esteve atrelado à ideia de “espaço de poder e controle a partir de uma delimitação física do espaço”. Para o geógrafo Milton Santos (1978; 2005), não é possível partir para a definição do que seja o território enquanto abordagem teórica sem antes pensar no espaço geográfico. O autor propõe que o espaço geográfico é algo concreto, que não pode ser considerado como abstrato, uma vez que o mesmo é a junção entre o espaço material e o social. Santos (1978) considera, portanto, o espaço como um conjunto de configurações espaciais e sociais, formado por um conjunto indissociável de componentes que se complementam e contradizem em forma de objetos e sistemas de ações sociais. Santos (1978; p. 81) afirma que,

“O espaço como produto social, é sempre especificado por uma relação definida entre as diferentes instâncias de uma estrutura social: a econômica, a política, ideológica e a conjuntura das relações sociais que dela resultam. O espaço, portanto, é sempre uma conjuntura histórica e uma forma social que recebe seu sentido dos processos sociais que se exprimem através dele. O espaço é suscetível de produzir, em troca, efeitos específicos sobre os outros domínios da conjuntura social, devido à forma particular de articulação das instâncias estruturais que ele constitui”.



Com base nessa perspectiva, Santos (2003) afirma que a configuração do espaço é distinta para cada sociedade, uma vez que estas possuem sua própria formação socioespacial a partir da realidade a qual encontra-se inserida. Após passar pela dimensão socioespacial, o autor finalmente chega ao conceito de território, considerando inicialmente, este como um elemento que pertence ao Estado. Santos (1978) pressupõe, portanto o conceito de território a partir de duas totalidades, são elas: 1ª Totalidade - dos modos de produção (capitalista) e/ou do mundo social, sendo este o espaço geográfico; 2ª Totalidade - da formação socioespacial, sendo o Estado e o seu território.

Em vista disso pode-se considerar que, o território a partir da abordagem de Santos (1978; 1998; 2003), trata-se de algo não organizado apenas pelo Estado, e também não se encontra restrito às dimensões sociopolíticas, não podendo ser considerado apenas como um espaço de delimitação de poderes. Partindo dessa concepção de território pertencente ao Estado, Santos (2003) traz à tona outra abordagem, o conceito de “território usado”.

Para o autor, esse território entendido como análise social deve ser compreendido também como usado, visto que o território usado é

simultaneamente material e social, formado por um raciocínio semelhante ao que designamos como espaço geográfico anteriormente. O território-forma é o espaço geográfico em uma dimensão material, enquanto o território usado é o espaço material mais o espaço social. O território usado é constituído pelo território forma – espaço geográfico do Estado – e seu uso, apropriação, produção, ordenamento e organização pelos diferentes agentes que o compõem: as firmas, as instituições (incluindo o Estado), e pôr fim à sociedade civil (Santos, 1998). Vale ressaltar que, o território deve ser considerado como um espaço de apropriação por diferentes grupos e contextos sociais que dão significado a essa dimensão física e política, construindo uma nova perspectiva, a “simbólica”. Essa dimensão e apropriação simbólica dos territórios por diferentes grupos e agentes, recebe o nome de “territorialidade”.

Saquet (2007) afirma que território e territorialidade de fato ocorrem através do desempenho do Estado, entretanto elas ocorrem também por intermédio de outras ações sociais, desenvolvidas pelas organizações políticas e pelos indivíduos. Essa concepção tem sido considerada por muitos autores como uma renovação no conceito, uma vez que ela visa identificar através do



âmbito da organização dos fenômenos sociais como ocorrem as relações de poder, uso, apropriação e o desenvolvimento de ações que busquem valorizar as identidades simbólico-culturais que constitui o território, formando suas diferentes territorialidades.

Haesbaert (1997; 2007) introduz debates extremamente relevantes que partem do conceito de território já apresentados por outros autores que o antecederam (Santos, 1978; 1998; 2003), porém com enfoque em uma perspectiva contemporânea da aplicabilidade e uso desse conceito. Desse modo, Haesbaert (1997) defende inicialmente a ideia do território enquanto dimensão espacial que se revela por meio de processos de dominação, pelos meios de produção material como também pelos processos políticos. Haesbaert (2007) afirma que o território desde sua origem surge com duas concepções, a material e simbólica. Isso porque, etimologicamente falando, a palavra “território” lembra terra-territorium como também terreo-territor que está relacionado à ideia de dominação jurídico-político. “Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de

dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (Haesbaert, 2017, p.02).

Com base nessa abordagem, Haesbaert (2014) destaca que existe uma perspectiva territorial, com conotação material e funcional (política ou econômica), que é identificada com os grupos hegemônicos das sociedades, e uma contrária a esta, considerada como mais simbólica e pluralista sendo associada aos grupos subalternos e suas lutas de resistência. Desse modo o autor afirma que:

“(…) a distinção dos territórios se dá de acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas e instituições como a Igreja. Os objetivos de controle social que se dão em ações de territorialização variam conforme a sociedade e a cultura (classe, idade, raça, gênero)” (Haesbaert, 2014, p. 59).

A partir dessa distinção, pode-se constatar uma divergência entre os termos, tanto o território funcional/material quanto o simbólico/pluralista são duas formas distintas de produção do território enquanto um recurso, onde os poderes hegemônicos tendem a valorizar seu caráter funcional e mercantil, e os subalternos valorizando mais o território enquanto garantia de sua sobrevivência no dia a dia.

Ao chegar ao conceito de territorialidade, Haesbaert (2014),



ênfatiza que a territorialidade pode ser entendida como uma “abstração” teórica do conceito de território, uma vez que essa pode ser apreendida em um sentido “afetivo e material” quanto o imaterial no plano “simbólico e imaginado”, como também na concepção do espaço vivido. Raffestin (1993) define a territorialidade enquanto um valor particular de cada ator em seu respectivo espaço, uma vez que ela reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos componentes de uma coletividade, e pelas sociedades em geral.

### ***Cartografia Social e Mapeamentos Participativos***

O termo cartografia diz respeito a uma área da ciência geográfica responsável pela produção de mapas, cartas topográficas, imagens de satélite e outros materiais capazes de representar um dado território. No caso da cartografia social, essa diz respeito à produção de mapas pelos diferentes grupos que compõem o tecido social de um determinado território, logo, o Estado e outras instituições deixam de serem os únicos a produzir mapas e evidenciam a partir dessa nova realidade o fim de sua hegemonia frente à elaboração de mapas territoriais (Acselrad & Viégas, 2013). Almeida (2013) chama atenção para uma

particularidade da cartografia social, visto que essa busca revelar uma pluralidade de descrições abertas e “conectáveis” voltadas para as múltiplas experiências, vivências e realidades localizadas dentro de um mesmo território, valorizando as linguagens e tradições locais.

A prática da cartografia social é entendida como a apropriação das técnicas de produção de mapas territoriais e outros modos de representação do espaço, por atores sociais que historicamente são excluídos e marginalizados da sociedade e dos processos de tomada de decisão de seus territórios. Com a inserção da cartografia social, esses sujeitos passam a participar ativamente dos processos de delimitação, reivindicação e tomadas de decisão referentes ao espaço ao qual estão inseridos, assim a partir desse protagonismo e autonomia frente a produção dos mapas, os direitos dessas populações passam a ser atendidos e cada vez menos estes tendem a ter seus respectivos direitos violados. De modo geral, Acselrad e Viégas (2013, p. 18) definem os objetivos da cartografia social como:

“Visa dar visibilidade aos grupos sociais, seus territórios, territorialidades, representações, identidades, conflitos e lutas por reconhecimento de direitos; auxilia na ampliação do conhecimento dos grupos sociais sobre seus territórios, sobre suas



histórias e sobre os usos que fazem de seus recursos naturais; contribui para os processos de reivindicação, de defesa e de proteção dos territórios e de seus recursos; fortalece organizações indígenas e quilombolas; e amplia o diálogo entre os povos tradicionais e as instituições governamentais e não governamentais”.

Durante o processo de produção dos mapas na cartografia social, são deixados de lado os critérios de objetividade e neutralidade. Os mapas sociais e comunitários são carregados de afetos e subjetividades, tais mapas são entendidos como mapeamentos socioafetivos, uma vez que durante a construção dos elementos no mapa, os atores sociais vão dando significado a cada elemento. Esse é o diferencial da cartografia social, pois, o cartógrafo torna-se um ator coletivo que produz e compartilha conhecimento no ato da construção dos mapas referentes ao território (Tetamanti, 2018).

Ressalta-se que, os cartógrafos dos mapeamentos participativos também são aprendizes de seus respectivos territórios, uma vez que durante a prática de produção dos mapas são levantados temas e resgates históricos, principalmente por parte dos mais velhos. Desse modo, a prática se torna um processo de compartilhamento de saberes, histórias e o produto final consiste não apenas em um desenho artesanal, mas no fortalecimento dos

laços comunitários e afetivos da comunidade.

De acordo com Gorayeb (2014), o mapeamento participativo é uma representação do espaço realizada pelos grupos que habitam esse território, logo, esses sujeitos possuem autonomia para construir e adaptar os mapas de acordo com os objetivos e necessidades do grupo. Grande parte desses mapas servem de instrumento para a luta por direito à posse de terras, reivindicação de demandas específicas, tais como: acesso a equipamentos públicos de saúde, educação, lazer e outros. Vale ressaltar que o mapeamento participativo é um instrumento da Cartografia Social, e através dos mesmos os grupos e comunidades retratam a forma como vivem e desenvolvem seus espaços físicos, simbólicos e afetivos.

Portanto, o mapeamento participativo é construído à medida que o morador do território vai conduzindo a elaboração do mapa, criando seus elementos e símbolos, com isso os mapas “artesanais” vão se tornando representações concretas do espaço vivido (Tuan; 1982) da comunidade, e consequentemente esses mesmos mapas, reproduzem todo o conhecimento desse povo acerca de sua cultura e seu território (Almeida, 2011).



## PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo se configura como uma pesquisa de cunho qualitativo, embasada em uma abordagem interpretativa e crítica. Como se trata de uma pesquisa de caráter social, desenvolvida no seio da comunidade. Denzin e Lincoln (2006) salientam que pesquisas qualitativas de cunho social podem ser entendidas como uma práxis que visa a compreensão, a interpretação e a explicação de um conjunto delimitado de acontecimentos que é a resultante de múltiplas interações entre indivíduos, dialeticamente consensuais e conflitivas, ou seja, os fenômenos sociais.

A natureza interpretativa deve ser entendida no sentido de compreender os fenômenos existentes no campo de pesquisa a partir dos diferentes valores e significados que os atores sociais empregam a eles (Pozzebon & Petrini, 2013), e crítica por compreender que a realidade social é constituída historicamente, com base nas estruturas de interação e dominação que são empregadas pelas pessoas em suas práticas sociais, dentro do contexto em que se encontram inseridas.

Desse modo, o estudo desenvolvido junto à comunidade quilombola de Ribeirão em Brumadinho/Minas Gerais, adotou

como método de pesquisa a história oral, pois ao longo da construção dos mapas sociais, muitas narrativas emergiram nesse processo, uma vez que cada elemento do território representa um lugar de memória e história acerca dos modos de vida da população quilombolas. Alberti (1990) define a história oral como um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc) que valoriza a realização de encontros presenciais, onde os atores que compreendem a realidade investigada, testemunhem suas respectivas visões de mundo, acontecimentos históricos e conjunturas sociais a partir de suas vivências. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram, colocando em evidência as diferentes vozes que compõem a dinâmica do campo social.

Para garantir o acesso às diferentes narrativas existentes no campo investigado, foram adotadas ferramentas metodológicas para auxiliar no processo de produção de dados da pesquisa. Contudo foram desenvolvidas rodas de conversas, oficinas de cartografias, diagnósticos rápidos participativos (DRP's) e construção de diários de campo por parte da pesquisadora do presente estudo. Por



fim, todo material/conteúdo produzido ao longo das visitas na comunidade, foram sistematizados e devolvidos, ou seja, houve um constante processo de validação social do estudo para que os quilombolas estivessem a par de todos os encaminhamentos e resultados.

## RESULTADOS

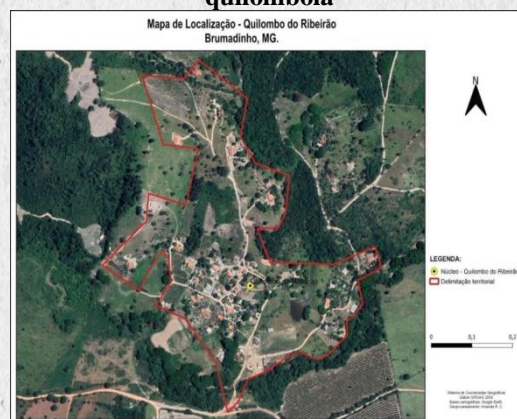
### *Cartografia Social na Comunidade Quilombola de Ribeirão*

O município de Brumadinho contempla quatro comunidades quilombolas dentro do seu território, a saber. Sapé, Marinhos, Rodrigues e Ribeirão. Todas as comunidades encontram-se localizadas bem próximas umas das outras e estão situadas no distrito de São José do Paraopeba. No caso da comunidade quilombola do Ribeirão, a mesma foi originada a partir do aquilombamento dos negros escravizados que fugiram da fazenda dos Martins, e foram se organizando em territórios localizados nas intermediações da fazenda para estabelecer seus modos de vida. Inicialmente o primeiro nome da comunidade era “Quilombo Ponte Pedra”, hoje se chama “Ribeirão” em decorrência do rio que margeia a comunidade. O rio, durante muitos anos, serviu como fonte de abastecimento de água para a comunidade e também como espaço de

lazer entre os quilombolas que pescavam e tomavam banho no mesmo.

Quanto à delimitação territorial do quilombo, se comparado às outras comunidades quilombolas pertencentes ao município de Brumadinho, o Ribeirão compreende a maior extensão de terras quilombolas dentro da cidade, logo, esse é um fator que chama atenção principalmente dos agentes imobiliários, uma vez que se trata de uma vasta área com terrenos não tão íngremes e próximos de nascentes, e área de preservação ambiental, o que consequentemente atrai sitiantes para esse local. O mapa abaixo representa a delimitação territorial do quilombo de acordo com o plano diretor municipal de Brumadinho.

**Mapa 1 - Localização da comunidade quilombola**



Fonte: Arquivo pessoal (2021).

Atualmente o território conta com mais de sessenta domicílios, ocupados por uma mesma família de descendência de João Delfino, primeiro morador a ocupar as terras onde hoje está atuado o quilombo. No dia 19 de junho de 2021, foi realizada uma



primeira visita ao quilombo a fim de fazer uma apresentação deste estudo e validar com a comunidade antes de iniciá-lo. Após a tragédia-crime ocasionada pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, vários movimentos, grupos de pesquisa, universidades, ONGs, foram ao território promover reuniões, pesquisas e diagnósticos no quilombo, muitas vezes sem o consentimento da comunidade, e isso gerou insatisfação por parte dos moradores do Ribeirão, onde os mesmos sentiram-se usados por estes grupos que foram ao local apenas para coletar dados e extrair informações, e não retornaram ao local para dar um respaldo à comunidade, ou mesmo firmar um compromisso no sentido de auxiliá-los na resolução de alguma demanda dentre as inúmeras ali existentes.

Além da extração de dados e informações, houve também relatos por parte dos quilombolas de práticas de extrativismo epistemológico por parte desses grupos externos, alguns foram a comunidade tentar copiar os artesanatos produzidos pelas mulheres quilombolas. O extrativismo epistêmico/ontológico é entendido como atitudes desencadeadas por agentes situados em posições de poder que se apropriam de ideais e conhecimentos de povos originários ou populações historicamente excluídas do

centro da produção de conhecimento (Grosfoguel, 2016; Santos, 2019).

“Veio um pessoal aqui conhecer a comunidade e teve a coragem de pedir autorização de copiar nossas artes produzidas aqui, tudo igual e ainda colocar uma etiqueta com a marca deles. Nós colocou eles pra correr daqui. É uma falta de respeito com a nossa cultura” (Tulipa - Mulher quilombola).

Portanto, durante essa primeira visita realizada no dia 19 de junho de 2021 buscou-se ouvir a comunidade, ao invés de expor ideias, conceitos, metodologias etc. O fato de ouvir atentamente as vozes dos sujeitos que compõem a realidade social do território foi importante para compreender o contexto de violação de direitos que os quilombos estão enfrentando no pós tragédia-crime. Além disso, essa escuta atenta propiciou uma maior participação e engajamento do grupo, pelo fato deles assumirem um papel de protagonistas ao compartilharem conhecimentos locais, saberes e histórias.

Em Brumadinho, as comunidades quilombolas receberam sua certificação, devido a um projeto de lei proposto por uma vereadora do município, que elaborou o mesmo no sentido de frear a iniciativa de uma empresa de mineração, que queria ampliar a sua área de exploração mineral no território. Desse modo, a certificação das terras quilombolas pela Fundação Cultural Palmares - FCP, fez



com que toda a área que seria ocupada pela mineradora, torna-se de uso e apropriação exclusiva dos quilombos. Desse modo, as comunidades, dentre elas a do Ribeirão, se tornaram um patrimônio cultural e simbólico do município.

De acordo com a constituição de 1988, é proibida a venda de terras que receberam a titulação de comunidade remanescente de quilombo, entretanto a comunidade do Ribeirão ainda se encontra na primeira fase de titulação de suas terras, o que a coloca na condição de “comunidade certificada” e não titulada. Esse fator é extremamente problemático, porque não impede que membros do quilombo possam vender suas terras, e é nesse contexto que a comunidade se encontra situada hoje.

Devido à falta de geração de emprego e renda no local, e iniciativas de investimentos no território pautados na economia solidária e cooperativismo, as famílias que moram no quilombo saem para trabalhar na região central de Brumadinho ou na capital mineira, Belo Horizonte, retornando ao território somente aos finais de semana. O retorno à comunidade apenas aos finais de semana se dá pelo fato do centro de Brumadinho ser afastado da zona rural, e Belo Horizonte mais ainda por se tratar de outro município, e também por conta da falta de transporte público que

facilite o amplo acesso de forma rápida e eficiente ao território quilombola. Desse modo, os membros da comunidade que optam por trabalhar no quilombo, na zona rural, geralmente desenvolvem atividades agrícolas, tais como agricultura familiar, pesca, e prestação de serviços aos sítiantes e fazendeiros da região. Quanto às mulheres, grande parte são artesãs, e a outra parte sai para trabalhar fora, em decorrência disso, as mesmas são as que detêm de maiores salários sendo as provedoras do lar.

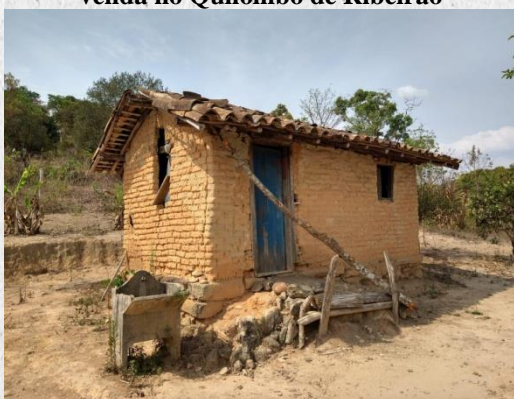
Com base nessa realidade, as atividades econômicas que essa população desenvolve hoje não são o suficiente para levar uma vida financeira estável, e com a falta de equipamentos públicos situados no território, os idosos acabam tendo um custo de vida maior ao terem que se deslocar para consultas médicas, e realização de exames fora da comunidade. A questão da educação, também é uma demanda emblemática, uma vez que os jovens residentes no quilombo precisam se deslocar por longos trajetos para ir a outros distritos estudar, e quando não tem ônibus os mesmos ficam sem ir à escola, logo, sentem-se desanimados e acabam não priorizando a educação como meta a ser alcançada.



Desse modo, uma alternativa que os moradores da comunidade têm encontrado para sanar essas dificuldades financeiras, tem sido a venda das terras do quilombo, e com o dinheiro adquirido compram um carro para facilitar a locomoção pelo território, investem nas estradas que dão acesso a suas casas, e assim vão suprindo necessidades básicas que deveriam ser asseguradas pelo poder público. Vale ressaltar, que a venda de terras quilombolas torna-se um grande problema uma vez que a

“Nós precisamos lidar com muita cautela com essas pessoas que estão comprando terras aqui no quilombo. Porque muitas não nos traz problemas, e até são amigas da gente. O problema é que eles descaracterizam a originalidade do nosso espaço. Por exemplo, os filhos do nosso tio falecido, estão vendendo esse terreno aqui da esquina. Aquela casa ali, é uma das mais antigas aqui do quilombo. Se eles conseguirem vender esse lote, vocês acham que os novos moradores vão manter essa casa ali? Não. Destruir esse lugar, é colocar ponto final em todas as histórias, lembranças e momentos vivenciados ali” (Bromélia - mulher quilombola).

**Imagem1 - Casa localizada no terreno à venda no Quilombo de Ribeirão**



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

Esse fator relacionado à terra tem sido o grande motivador dos conflitos existentes na comunidade também, tanto que atualmente as lideranças do Ribeirão, se organizaram para criar a associação comunitária do Quilombo que entrou em vigor em outubro de 2021. A criação da associação é importante para a comunidade porque é o primeiro passo para a solicitação de titulação das terras quilombolas junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e a necessidade de se ter uma associação própria do quilombo, onde possam ser efetivadas as reuniões referentes à organização dos documentos assinados pelos membros da comunidade, de comum acordo, para que a regularização fundiária do território possa dar prosseguimento.

Dessa maneira, estão sendo desenvolvidas oficinas de cartografia social com a comunidade, onde os próprios membros do quilombo desenham seus mapas delimitando a área territorial do quilombo a partir do ponto de vista da coletividade, ou seja, estes sujeitos se encontram envolvidos no processo da pesquisa, sendo a mesma conduzida de forma participativa e inclusiva. Para a efetivação desses mapas são utilizadas folhas de cartolina e/ou papel Kraft,



canetinhas, lápis de cor, tintas e demais materiais que a comunidade achar necessário. Na imagem abaixo, encontra-se registrado o mapeamento participativo construído na visita do dia 19 de junho de 2021.

**Imagem 2 - Mapeamento participativo da Comunidade Quilombola do Ribeirão**



Fonte: arquivo pessoal (2021)

Na imagem acima, é possível acompanhar o processo de construção do mapa por uma das adolescentes do quilombo. Nessa etapa, com a ajuda dos outros membros da comunidade, eles foram estabelecendo critérios de representação dos elementos que compõe o território quilombola, cada representação criada no mapeamento participativo carregava consigo um significado afetivo, e os elementos que continham maior importância para esses atores recebiam destaque no mapa. Algo que chamou atenção durante essa construção, é que, enquanto os primeiros traços do mapa iam sendo criados, as matriarcas quilombolas foram buscando fotos de festividades,

encontros em família, e demais momentos vivenciados na comunidade como forma de contribuir na elaboração desse material.

Ao desenharem o ribeirão (rio), os quilombolas foram lembrando do tempo em que se podia ter contato direto com a água para pescar, nadar, lavar roupas e fazer rituais religiosos. Hoje, eles não podem mais fazer uso efetivo desse recurso natural, pois após a chegada de sítiantes que compraram pedaços de terra dentro do território quilombola, essa água passou a ser tomada por garrafas pets, sacolas, e coliformes fecais advindos dessas residências. Assim, um dos principais elementos naturais e que compõe o nome da comunidade, hoje não faz mais parte da prática social, cotidiana e afetiva desses indivíduos.

"Aqui a gente não usa mais a água do Ribeirão (rio) porque dá medo de pegar alguma doença na gente. Porque tem uns sítios lá pra cima que a gente acredita que eles jogam esgoto na água. Nós tá cansado de vê garrafa, e lixo vindo lá de cima" (Tulipa - Matriarca quilombola).

"É muito triste vê o nosso rio desse jeito. Porque a gente sempre lembra da época que a mãe e o pai era vivo, e nós ia pra beirada do rio lavar roupa e cantar. A gente cantava a manhã toda, até esquecia que tava lavando roupa (risos)" (Hortência - Matriarca quilombola).

O mapeamento participativo desenvolvido no dia 19 de junho teve como foco identificar aspectos primários



acerca da relação da comunidade quilombola do Ribeirão com o território ao qual se encontram inseridos. É interessante destacar como alguns elementos representados por eles no mapa, tais como, a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, o campo de futebol, o rio chamado “Ribeirão”, os bares do entorno, ganharam destaque, uma vez que são espaços onde esses sujeitos ocupam e possuem um alto grau de afetividade. Quanto às casas que pertencem ao Quilombo, optou-se por desenhá-las de cores diferentes, sendo as casas novas representadas na cor amarela e as casas antigas na cor rosa. Ao questioná-los sobre o porquê de criar essa distinção de cor entre as casas, os quilombolas afirmaram que as casas antigas são lugares que não podem ser comparados às novas residências do quilombo, uma vez que, carregam consigo toda uma questão histórica e simbólica. Tanto que, nesse momento, os quilombolas começaram a contar histórias sobre os momentos vivenciados nessas casas, principalmente na casa da avó (já falecida) que era a matriarca do quilombo.

Nesta prática da cartografia social, por meio do mapeamento participativo são valorizados os conhecimentos e saberes dos sujeitos participantes do processo. Isso porque os mapas participativos são representações

concretas do “espaço vivido” (Almeida, 2011), logo, durante a consolidação do mapeamento participativo várias histórias foram sendo narradas, onde pode-se constatar que cada elemento do território quilombola exerce uma função simbólica para esses atores.

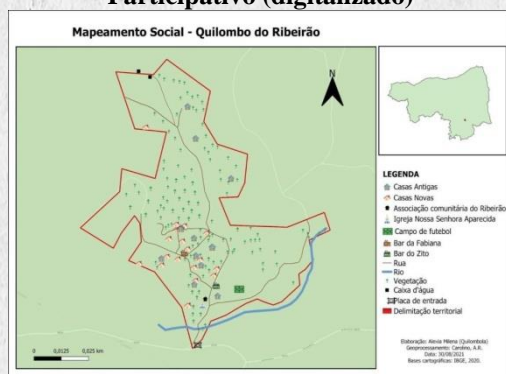
Com base nessas perspectivas, entendemos que o território para o povo quilombola não é apenas uma delimitação físico/geográfico, e sim um lugar cercado por territorialidades e formação de identidades. Silva (2019) enfatiza que para as comunidades quilombolas, a terra é entendida em um sentido mais amplo, abrangendo a terra necessária para a reprodução material da vida, mas também a terra na qual o simbólico aflora, onde a memória encontra lugar privilegiado, morada de histórias e afetos, fonte da “coletividade e fraternidade”, que é o essencial à vida, tão quanto a terra/território físico enquanto espaço para produção do trabalho.

Após o término do mapeamento participativo, foi estabelecido um trato com a comunidade de que iríamos retornar a campo para devolver esse primeiro mapeamento em uma versão digital, que foi o pedido da comunidade. No início da atividade eles indagaram sobre a possibilidade desse mapa se transformar em um produto digital que eles pudessem guardar de recordação, então, para efetivar esse pedido, retornei



à comunidade no dia 25 de setembro de 2021 para fazer a devolutiva para os membros do Quilombo.

**Mapa 2 - Resultado do Mapeamento Participativo (digitalizado)**



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

Todos os encontros realizados na comunidade Quilombola do Ribeirão ocorrem no período da manhã, quando chegamos ao local fomos recebidos com um delicioso café e logo em seguida sentamos em roda ou em baixo do pé de manga para iniciar nossas conversas. No dia 25 de setembro não foi diferente, iniciei a fala agradecendo novamente a acolhida e confiança do grupo em relação a esse trabalho com a cartografia social que está sendo desenvolvida junto à comunidade, e foi possível observar nesse encontro que existia ali a formação de um laço afetivo, uma vez que, o fato de retornar à comunidade para devolver o mapa construído por eles estabeleceu uma confiança em relação ao pesquisador e campo de pesquisa. Após esse primeiro momento, nos reunimos na mesa para começar as intervenções com base nos mapas e

imagens de satélite impressas, referentes ao território quilombola.

**Imagem 3 - Intervenções no Mapa**



Fonte: arquivo pessoal (2021)

A imagem acima representa o momento em que foram apresentados à comunidade o mapeamento participativo na versão digital e o mapa de localização do quilombo, com base nos dados obtidos pelo Plano Diretor Municipal de Brumadinho, MG. Essa ação foi importante, pois, os quilombolas não tinham dimensão do que era o seu território em termos de delimitação geográfica, e isso fez com que eles levantassem uma série de indagações, afirmando que tal delimitação não corresponde ao que é o território de fato. A partir desses incômodos, os moradores do Quilombo foram marcando no mapa com caneta, todos os pontos que extrapolavam a linha vermelha de delimitação, e foram pontuando com base em histórias e vivências, que tais localidades faziam parte das terras quilombolas. Em seguida, eles nos convidaram a andar pelo território para conhecer todas estas localidades que estavam fora dos limites estabelecidos pelo município.



Imagem 4 - Caminhada Transversal pelo Território Quilombola



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Nesse momento iniciamos uma caminhada transversal pelo território que compreende a comunidade quilombola de Ribeirão. De acordo com o ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a caminhada transversal possibilita a obtenção de diferentes informações acerca dos componentes naturais, sociais, culturais, características das moradias, solo e outros. Esse percurso é realizado por meio de uma caminhada e quem conduz o percurso são os membros da comunidade. Durante esse trajeto junto aos quilombolas, foi possível constatar diversos aspectos que surgem sob o ponto de vista dos participantes, cada qual com uma percepção distinta acerca de um mesmo espaço. Por meio da caminhada transversal, foi possível compreender como a relação dos moradores com o quilombo não gira em torno apenas dos aspectos físicos do território, mas sim pelos afetos e pelos acontecimentos históricos (Little, 2003) que ocorreram nestes espaços que remete a

comunidade um sentimento de pertencimento ao local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou apresentar os resultados preliminares das oficinas de cartografia social que vêm sendo desenvolvidas desde 2021 na comunidade quilombola de Ribeirão em Brumadinho, Minas Gerais. Através da construção dos mapas participativos os membros da comunidade têm tido autonomia no processo que envolve a caracterização e representação do território ao qual a comunidade encontra-se inserida.

Essa ferramenta da cartografia social tem possibilitado o fortalecimento dos laços afetivos entre os quilombolas, uma vez que durante as intervenções no mapa os atores locais vão colocando em evidência através de narrativas lembranças do passado, e esse resgate da memória local tende a contribuir no engajamento do grupo frente à resolução de demandas atuais que necessitam de uma coesão entre os pares para que sejam efetivadas.

Durante as visitas à comunidade de Ribeirão, os quilombolas chamaram atenção sobre a importância desse mapeamento para frear as diversas entradas de atores externos que estão comprando terras que compreende o



território da comunidade. O próximo passo deste estudo por meio da cartografia social é estabelecer diálogo com os órgãos municipais e estaduais responsáveis pela demarcação de terra das comunidades quilombolas, para que os mesmos possam visualizar essa nova configuração do espaço sob o ponto de vista dos sujeitos que ali residem, rompendo com o monopólio estatal de produção dos mapas a partir dos interesses econômicos e fundiários, que grande parte das vezes buscam descaracterizar esses territórios ancestrais em favor da especulação imobiliária e exploração de recursos naturais existentes nessas localidades.

Esperamos que a discussão apresentada pode servir de fundamentação para novas discussões teóricas e metodológicas, bem como derivadas de novas pesquisas aplicadas não apenas em territórios quilombolas, mas nos contextos territoriais atravessados por empreendimentos extrativistas e marcados pela existência e resistência de povos e comunidades tradicionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABA, Associação Brasileira de Antropologia. (1994). Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais (Rio de Janeiro, 17-18 de outubro de 1994).
- ALMEIDA, A. W. B. de. (2004). “Terras de Preto”. Em A Guerra dos Mapas. São Luís. V. 9.
- ALMEIDA, A. W. B. (2011). Nova cartografia social da Amazônia. 08 mai.
- ARRUTI, J. M. (2006). MOCAMBO - História e Antropologia do Processo de Formação Quilombola. Bauru/São Paulo: EDUSC/ANPOCS.
- BARTH, F. (1969). Introduction. In Barth, F. (Ed.). Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference. Bergen / London: Universitetsforlaget / George Allen & Unwin.
- DIAS, A. L. F. *et al.* (2018). Violências de Mercado e de Estado no contexto do Empreendimento Minerário Minas-Rio / Conceição do Mato Dentro, MG, 2015-2017. São Carlos: Editora Scienza.
- DIAS, A. L. F., & Oliveira, L. F. de. (2018). Violações de direitos e danos ao projeto de vida no contexto da mineração. São Carlos: Scienza.
- GORAYEB, A; Meireles, J. (2014). A cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos. Rede Mobilizadores, v. 10.
- GROSFUGUEL, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios ao longo do século XVI. Sociedade e Estado, 31(1), 25-49.
- HAESBAERT, R. (2004). Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_. (2004) O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_. (1997). Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.
- \_\_\_\_\_. (2007). Território e multiterritorialidade: um debate. Geographia, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46.
- LEITE, I. B. (1999). Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?. Horizontes antropológicos, v. 5, n. 10, p. 123-149.
- LITTLE, P. E. (2002). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma



antropologia da territorialidade. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

MAESTRI, M. (1997). Comunidades de Escravos Fugidos. *In*: MAESTRI, Mário. Colônia. 1. ed. São Paulo: Contexto. cap. 10, p. 106-113. ISBN 85-7244-060-7.

PERÁN, M. (2013). Maneras de Hacer Mapas. *REVISTARQUIS*, 2(2), 105–122. Disponible: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/revistarquis/article/view/12301>

Raffestin, C. (1993). O que é o território?. *In*: RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia Do Poder. Brasil: Atica, 1993. cap. 1, p. 143-163. ISBN 978-8508042906.

SANTOS, B. S. (2016). Epistemologias do Sul: desafios teóricos e metodológicos [Internet]. Coimbra: Universidade de Coimbra; 2016.

SANTOS, M. (1978). Por uma geografia nova. São Paul: Hucitec.

SANTOS, M. (1988). Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, M. (2003). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4º ed. São Paulo: Edusp.

SAQUET, M. (2007). A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão popular.

TETAMANTI, J. M. (2018). Mapas sociales. *In*: CARTOGRAFÍA social: teoría y método: Estrategias para una eficaz transformación comunitaria. La Plata: Editorial Biblos. cap. 2, p. 15-41.

TUAN, Y. (1982). Geografia Humanística. *In*: CHRISTOFOLETTI, Antônio. Perspectivas da Geografia. São Paulo: DIFEL.